COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.831, DE 2003

(Apenso: PL nº 3.230, de 2004)

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país.

Autor: Deputado LOBBE NETO

Relator: Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO

I - RELATÓRIO

O objetivo do presente projeto de lei é fazer com que todas as instituições de ensino, públicas e privadas, de todos os sistemas de ensino do País, contem com biblioteca, assim considerada a coleção de livros, materiais videográficos e documentos congêneres destinados a estudo, consulta ou leitura recreativa, com acervo mínimo de quatro livros por aluno matriculado, competindo a cada sistema de ensino determinar a ampliação desse acervo mínimo, conforme sua realidade, bem como divulgar orientação de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas.

Determina, ainda, que os sistemas de ensino do País e a União, no exercício de sua função supletiva, deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares seja efetivada no prazo máximo de cinco anos.

A justificativa ilustre autor da proposição realça o papel da escola, como instituição educacional e cultural, mostrando os novos horizontes de conhecimentos a todos os seus alunos, professores e funcionários.

Apensado ao presente encontra-se o PL nº 3.230, de 2004, de autoria da Deputada VANESSA GRAZZIOTIN, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”. Dito PL é em tudo idêntico ao PL principal, salvo com relação ao art. 4º, que estabelece cláusula genérica de revogação, limitando o mínimo de dois livros por aluno.

Tramitando em regime ordinário, com competência conclusiva das Comissões, foi distribuída, para exame de mérito, à

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, que aprovou os projetos apensados, na forma de Substitutivo.

O referido Substitutivo alterou o art. 2º, passando a considerar biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Também alterou seu parágrafo único, tornando obrigatório um acervo de livro em cada biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, além de facultar ao respectivo sistema de ensino a ampliação desse acervo, conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

O Substitutivo modificou, ainda, o art. 3º das proposições em questão, estabelecendo caber aos sistemas de ensino federal e estadual desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a regulamentação legal da profissão de Bibliotecário.

Referida matéria foi objeto de anterior apreciação por parte do nobre Deputado CARLOS ALBERTO LEREIA, o qual, na qualidade relator que me antecedeu nesta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, manifestou-se favoravelmente às proposições ora relatadas, cujo brilhante parecer instruiu o presente voto, razão pela qual acolho, na íntegra, suas bem lançadas conclusões, valendo-me, ainda, do Voto em Separado do ilustre Deputado Regis de Oliveira, que no mesmo diapasão afirmou tratarem-se de projetos de lei que vão de encontro à Lei 10.753/03, que institui a Política Nacional do Livro.

Este, pois, o sucinto relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DE CIDADANIA a análise de projetos, emendas e substitutivos, submetidos à Câmara ou suas Comissões, do ponto de vista da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa (art. 32, IV, alínea a, do Regimento Interno).

Tratam as proposições de estabelecer biblioteca em todas as instituições de ensino, públicas e privadas.

Nesse sentido, dispõe o art. 24 da Constituição Federal:

“Art. 24 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

*.....
IX – educação, cultura, ensino e desporto.*

§ 1º no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.”

Determina também o § 1º do art. 211 da Lei Maior :

“Art. 211

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.”

Da singela transcrição dos dispositivos supra verifica-se que não existem óbices constitucionais à edição das proposições.

Não obstante, para o aperfeiçoamento constitucional e jurídico do Substitutivo, será necessário apresentar emenda ao art. 3º, com o fim de retirar a menção ao ensino federal e estadual, deixando apenas referência aos sistemas de ensino do País.

Outrossim, reconhece-se a legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das proposições, com exceção do art. 4º do PL nº 3.230/04 e do parágrafo único do art. 2º, que descumprem a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal”, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

O primeiro, por estabelecer cláusula de revogação genérica e, o segundo, por escrever o número “um” em algarismo, e não por extenso.

Nesse sentido, oferece-se emenda supressiva do art. 4º retromencionado, emenda aditiva no sentido de deixar clara a vigência do texto e subemenda substituindo à expressão “1 (um)” pelo vocábulo “um”.

Isto posto, o voto é pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.831, de

2003, do Projeto de Lei nº 3.230, de 2004, com as emendas anexas, e do Substitutivo da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com a emenda ora apresentada.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI No 3.230, DE 2003
(Apensado ao PL nº 1.831, de 2003)

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

Autora: Deputada VANESSA RAZZIOTIN
Relator: Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 4º.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.230, DE 2003
(Apensado ao PL nº 1.831, de 2003)

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

Autora: Deputada VANESSA RAZZIOTIN
Relator: Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte art. 4º:

“Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.831, DE 2003
(Apenso: PL nº 3.230, de 2004)

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

Autor: Deputado LOBBE NETO

Relator: Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se a expressão “01 (um)” pelo vocábulo “um”, no parágrafo único do art. 2º do Substitutivo.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.831, DE 2003
(Apenso: PL nº 3.230, de 2004)

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

Autor: Deputado LOBBE NETO

Relator: Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO

SUBEMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 3º do Substitutivo a seguinte redação:

“Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084 de 30 de junho de 1962 e 9.674 de 25 de junho de 1998.”

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO
Relator